



Ata da Audiência Pública

A Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento de Itanhaém foi realizada dia 30 de junho de 2.011, quinta-feira, no plenário da Câmara Municipal de Itanhaém, contando com a presença do Sr. Prefeito Municipal, da Vice-presidente da Câmara Profa. Regina, do vereador João Rossmann, representante da Secretaria de Estado de Saneamento e Energia, representantes da comunidade em geral, diretores e secretários da Prefeitura Municipal, representantes de órgãos públicos, de empresas, representantes dos movimentos sociais e populares, comerciantes de várias regiões de cidade, entidades e organizações não governamentais, entidades de profissionais, entidades acadêmicas e concessionários de serviços públicos, convidados para o evento pela Prefeitura e Câmara Municipal.

Os trabalhos foram iniciados às 17h 20min pela Sra. Rosana Filippini Bifulco Oliveira, com a exposição dos objetivos da Audiência: I - apresentar à apreciação pública o texto do Plano Municipal de Saneamento, o qual abrange os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais, bem como os estudos que o embasaram; II - colher dados, críticas e sugestões que possibilitem o seu aperfeiçoamento; III - conhecer ou identificar possíveis anseios dos usuários dos serviços de saneamento que ainda possam não ter sido diagnosticados; IV - apresentar e levar à discussão pública as propostas encaminhadas através da consulta pública e aquelas originadas das reuniões técnicas de trabalho.

Após essa introdução, foram convidados para abertura dos trabalhos o Sr. Prefeito Municipal Dr. João Carlos Forssell Neto e como representante da Câmara a Vereadora Prof. Regina Célia de Oliveira; que fizeram uso da palavra. O Sr. Prefeito saudou e agradeceu a presença do público para as discussões; ponderou que para o saneamento existem grandes investimentos envolvidos; que este trabalho foi elaborado numa importante parceria com o Governo do Estado que tem planejadas ações muito importantes, já que problemas de drenagem, por exemplo, causam grandes prejuízos à população; relatou que o Governo do Estado apresentou uma versão do Plano de Saneamento Regional para a RMBS; agradeceu o apoio da Câmara de Vereadores e registrou a presença do Vereador João Rossmann; e finalizou agradecendo novamente a todos. A Vereadora Prof.a Regina relatou que participou das reuniões anteriores, ressaltou a importância da participação popular em todo o processo e a presença de vários representantes de entidades; que acredita na participação popular da sociedade civil organizada nas tomadas de decisão do poder público apresentando suas idéias e debatendo as propostas; e encerrou agradecendo a todos.

Em seguida o Sr. Prefeito Municipal solicitou que a condução dos trabalhos fosse feita pela representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Sra. Rosana, que imediatamente passou à aprovação do regulamento para a Audiência, importante regramento para o bom desenvolvimento dos trabalhos. De forma a proporcionar a leitura prévia, a Prefeitura apresentou uma proposta de Regimento que desde o dia 13/07 se encontrava no site da Prefeitura na internet. O texto também foi afixado à parede do plenário em vários locais, bem como teve cópias à disposição dos participantes para leitura. Dele, então, foi feita a leitura destacando os itens principais de como transcorrerão os trabalhos, de forma a dar conhecimento a todos e permitir sugestões:

PROPOSTA DE REGIMENTO PARA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ITANHAÉM

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A realização da Audiência Pública, em cumprimento à exigência da legislação regulatória de saneamento ambiental e ao Decreto Municipal nº 2.900, de 13/04/2011, que regulamentou a participação popular no processo de discussão e aprovação do Plano Municipal de Saneamento de Itanhaém, tem como objetivo geral dar continuidade à divulgação do Plano; pois será o instrumento de planejamento para o setor de saneamento do município nos próximos 30 anos.

Parágrafo único - São objetivos específicos dessa audiência pública: I - apresentar à apreciação pública o texto do Plano Municipal de Saneamento, o qual abrange os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais, bem como os estudos que o embasaram; II - colher dados, críticas e sugestões que possibilitem o seu aperfeiçoamento;

III - conhecer ou identificar possíveis anseios dos usuários dos serviços de saneamento que ainda possam não ter sido diagnosticados; IV - apresentar e levar à discussão pública as propostas encaminhadas através da consulta pública e aquelas originadas das reuniões técnicas de trabalho.

Art. 2º - A audiência pública é franqueada a qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que poderá, mediante inscrição na forma prevista neste regimento, apresentar críticas e sugestões e participar dos debates.

Parágrafo único - Os participantes da audiência pública registrarão, obrigatoriamente, seu nome, telefone, endereço eletrônico e entidade ou empresa que representa (se for o caso) em lista de presença, que ficará disponível durante toda a sessão em local acessível.

Art. 3º - A Audiência Pública será realizada com exposições e debates orais, na sequência e forma disciplinada neste regimento; sendo facultada, somente quando imprescindíveis, a apresentação de documentos escritos.

Art. 4º - Da mesma forma que ao público em geral, o acesso à Audiência é livre aos meios de comunicação, sendo permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro.

CAPÍTULO II - DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 5º - A audiência pública será aberta pelo Prefeito Municipal ou seu representante, sendo facultada na abertura da sessão a palavra também a representante do poder legislativo municipal e autoridades presentes.

Art. 6º - Após a abertura, a audiência será conduzida por representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, devendo os trabalhos observar a seguinte ordem: I - apresentação dos objetivos da audiência; II - aprovação do regimento interno; III - apresentação de resumo dos trabalhos, incluindo diagnóstico e Plano, bem como apresentação dos programas, projetos e ações para atingir os objetivos e as metas; IV - debates orais; V - encerramento.

Parágrafo único - Poderão ser convidados a participar da audiência pública, como expositores, representantes de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento, bem como especialistas externos ao serviço público.



Art. 7º - São prerrogativas do responsável pela condução dos trabalhos: I - designar um ou mais secretários para assisti-lo na condução dos trabalhos; II - realizar ou delegar a apresentação do plano; III - decidir sobre a pertinência das intervenções orais; IV - decidir sobre a pertinência das questões formuladas; V - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante; VI - alongar o tempo das elocuições, quando considere necessário e útil.

Art. 8º - São atribuições do(s) responsável(eis) para secretariar e auxiliar na condução e organização da audiência:

I - inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações; II - controlar o tempo das intervenções orais; III - registrar o conteúdo das intervenções; IV - sistematizar as informações; V - elaborar a ata da audiência e remetê-la à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.

CAPÍTULO III - DOS PARTICIPANTES E DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 9º - Todos os presentes, considerados participantes da audiência pública pelo seu interesse em contribuir com o Plano Municipal de Saneamento, tem: I - os seguintes direitos: a) manifestar livremente suas opiniões e debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública; b) apresentar propostas e sugestões sobre o teor do Plano Municipal de Saneamento.

II - os seguintes deveres: a) respeitar o Regimento Interno da audiência pública; b) respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição; c) portar-se bem e tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

Art. 10 - É condição para a participação nos debates, a prévia inscrição.

§ 1º - A inscrição será feita na própria audiência através do preenchimento de formulário próprio, que estará disponível a partir do início dos trabalhos.

§ 2º - Caso as discussões sejam conduzidas por tema, as inscrições para manifestações encerrar-se-ão logo após a respectiva apresentação de cada tema específico. § 3º - A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores. § 4º - A manifestação dos inscritos se dará, preferencialmente, de forma oral; mas ocorrendo sua impossibilidade, poderão ser formuladas perguntas por escrito.

Art. 11 - Cada inscrito disporá de 03 (três) minutos para preleção individual, podendo reformular ou complementar sua manifestação no tempo adicional de 1 (um) minuto e deverá ater-se exclusivamente ao tema discutido.

Parágrafo único - Não será permitida a cessão da palavra dos inscritos a terceiros.

Art. 12 - A dinâmica da Audiência Pública, a forma das inscrições e o tempo de manifestação poderão ser modificados pelo responsável pela condução dos trabalhos, segundo a conveniência e o andamento dos trabalhos, sobretudo para facilitar o entendimento da proposta e o recebimento das contribuições.

Art. 13 - Concluídas as exposições e as intervenções ou atingido o tempo máximo de 3 horas e meia de duração, o responsável dará por concluída a Audiência Pública.

Art. 14 - Ao final dos trabalhos, do que se passar na Audiência Pública será lavrada ata pelo secretário, da qual constarão: I - O dia, a hora e o local de sua realização; II - O nome das autoridades, expositores e técnicos de apoio presentes; III - A lista de presença dos demais participantes, que poderá ser anexada à Ata; IV - Os fatos ocorridos na Audiência Pública; V - A síntese dos debates orais que contenham informações e subsídios que possam ser incorporados ao Plano.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública ou dela decorrentes, terão caráter consultivo e não-vinculante, destinando-se à motivação do Executivo Municipal quando da tomada das decisões em face dos debates realizados.

Art. 16 - Todos os procedimentos não previstos neste regulamento serão decididos pelo responsável na condução dos trabalhos.

Itanhaém, 13 de junho de 2011.

ROSANA FILIPPINI BIFULCO OLIVEIRA- Secretária Municipal de Planejamento e Meio Ambiente

Terminada a leitura e explicações, foi questionado aos participantes sobre possíveis propostas de alteração. Como nenhuma proposta foi apresentada, foi aprovado o Regulamento tal como apresentado e divulgado.

Em seguida, antes do início da explanação do texto do Plano, foi lembrado a todos a importância da assinatura da lista de presença; além da possibilidade prévia de inscrição para fazer uso da palavra, já aberta a todos os interessados, em lista própria. A lista de presenças está anexa à Ata.

A sequência da apresentação será: RESÍDUOS SÓLIDOS, DRENAGEM, ÁGUA E ESGOTO e EDUCAÇÃO AMBIENTAL e após cada tema serão abertos os respectivos debates.

Iniciou-se com um resumo da FUNDAMENTAÇÃO LEGAL do Plano Municipal de Saneamento:

Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007, regulamentada pelo **Decreto 7.217/10**, que possui uma Seção específica para cada atividade (Abastecimento de água, tratamento de esgotos, resíduos urbanos e drenagem);

Principais fundamentos: Conceito de Saneamento Básico: água, esgoto, resíduos e drenagem; Universalização do acesso a todos os domicílios; Articulação com as demais políticas públicas: saúde, habitação, meio ambiente, educação, etc.; Controle social: coletividade participa da criação de políticas públicas e ainda avalia os resultados.

“Planos de Saneamento”

Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto: I - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei; ...

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico: I - a existência de plano de saneamento básico;

A formulação da política pública de saneamento, de acordo com a lei, é competência do titular dos serviços.

Ao regular a prestação dos serviços, a lei define quatro funções de gestão:

O planejamento ação indelegável a outro ente; a prestação dos serviços, a regulação e a fiscalização; estas últimas passíveis de delegação.

Em todas as funções de gestão deve haver o controle social, separação que trouxe disciplina ao setor.

O planejamento para a prestação dos serviços de saneamento será realizado por meio da elaboração do Plano de Saneamento Básico, devendo conter no mínimo: • Diagnóstico da situação; • Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas; • Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento; • Ações para emergências e contingências; • Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Dependerá de contrato se o ente prestador de serviço não integrar a administração do titular.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E CONTRATOS e Alternativas para a contratação da prestação dos serviços:

Indireta	Gestão Associada		Direta				
	Consórcio Público	Convênio de Cooperação	Descentralizada			Centralizada	
Contrato de Concessão	Contrato de Programa		Autarquia	Empresa	Sociedade de Economia Mista	Fundação	Regie Direta Regie Indireta Contrato de Prestação de Serviços



A validade dos contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico passa a ser condicionada: • À existência de plano de saneamento básico; • À existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico; • À existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; • À realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Cabe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços, a responsabilidade da verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais. O ente regulador deve ter independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, devendo ser assegurada a transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Alternativas para a regulação dos serviços: Por autorização direta e preferencialmente com contrato de gestão, se o ente regulador for ente próprio do titular – autarquia criada; ou Por delegação a ente público de outra esfera federativa, via gestão associada e convênio de cooperação ou a ente público originado de consorciação com outros municípios.

O PLANO DE SANEAMENTO

O plano de metas: Marco inicial do plano de metas

O PMISB terá como **marco inicial o ano de 2010** e seu planejamento, **de 30 anos**, se estenderá até o ano de 2039.

O plano de metas resume o que é essencial no Plano Municipal de Saneamento com respeito a metas, no sentido preciso de quantidades e prazos a alcançar, regras, no sentido de padrões de qualidade a respeitar e operacionalidade, ainda de uma agenda institucional de sustentação.

Pode-se conceituar o plano de metas nos seguintes estratos: **a agenda institucional**, com objetivos relacionados à concretização dos instrumentos de planejamento, **prestação e regulação dos serviços**; as **metas quantitativas**, como cobertura, quantidades e indicadores de eficiência; as **metas qualitativas**, que se traduzem por um conjunto de regras de qualidade dos produtos, dos serviços e do atendimento ao usuário; as **metas de eficiência operacional**, que visam a ganhos operacionais e maior confiabilidade e segurança operacional dos sistemas.

De cada um dos serviços (**abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos**) é apresentada: **análise** da situação de início de plano 2009: da qualidade do serviço prestado, descrição do sistema e dos investimentos em curso; **metas de cobertura**; **alternativas e propostas**; mecanismos de **avaliação**; análise de fluxo de caixa; **plano de contingência** e Resumo Geral de **Investimentos**.

DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS: Formulação e seleção de alternativas

No Plano de Saneamento são estabelecidas metas: Emergenciais - ações imediatas; De curto prazo - 4 anos;

De médio prazo - de 8 anos; De longo prazo - de 8 anos ao final do horizonte do Plano.

REGIONALIZAÇÃO

Nos serviços regionalizados, ou seja, com apenas um prestador do serviço para vários municípios, contíguos ou não, deverá haver compatibilidade de planejamento. Poderá ser elaborado, caso necessário, um Plano para o conjunto de municípios atendidos.

Foi apresentado o programa governamental que apoiou com recursos a elaboração do Plano de Saneamento:

Programa de APOIO À ELABORAÇÃO DOS PLANOS INTEGRADOS MUNICIPAIS E REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO PARA A UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS BAIXADA SANTISTA - UGRHI 7 da Secretaria de Saneamento e Energia do Governo do estado de São Paulo que propiciou a contratação de consultoria especializada para auxílio na elaboração do trabalho. Foi mostrado o **ESQUEMA DAS ETAPAS DA ELABORAÇÃO**, com destaque para os:

BLOCO 3 - Estudo de demandas, diagnóstico completo, formulação e seleção de alternativas

BLOCO 4 - Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico

BLOCO 5 - Plano Regional de Saneamento Básico da UGRHI 7 – Baixada Santista; que envolve as atividades de articulação e integração das propostas dos planos municipais tendo em vista a elaboração do plano regional de saneamento básico.

Em seguida foi feito um relato do que foi feito pelo município desde o início do ano:

COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI

Recebemos oficialmente o trabalho da consultoria em dezembro de 2010, em solenidade na Secretaria de Saneamento e Energia.

Dele foi feita uma detalhada Revisão e, em março passado iniciamos o processo de divulgação e discussão pública, tendo para isso sido publicado o Decreto 2.900, de 13/04/2.011, que estabelece os procedimentos que foram seguidos.

Foi informado que o texto esteve em Consulta pública no período de 23/03 a 30/04, que recepcionou sugestões até 05/05 pp., tendo sido mostradas como ilustração, algumas imagens do site.

A fase de reuniões de apresentação iniciou-se em 12/04 para os vereadores do município, os quais também foram convidados para as reuniões técnicas que realizamos, que foram 3, cada uma com um tema específico:

Reuniões técnicas abertas à população, que aconteceram na Câmara Municipal, sempre às 14hs:

Dia 19/04 – Resíduos sólidos

Dia 26/04 – Drenagem e Educação Ambiental

Dia 28/04 – Água e Esgoto

Foram mostradas fotos das reuniões e imagens dos documentos do Edital de convocação e da divulgação da Audiência pública.

Em seguida passou-se ao Tema: Resíduos Sólidos

Plano Municipal de Saneamento de Itanhaém - RESÍDUOS SÓLIDOS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

“Decreto 7217/2010”

Seção IV: Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos

Art. 12. Consideram-se serviços públicos de manejo de resíduos sólidos as atividades de coleta e transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e disposição final.

“Política Nacional de Resíduos Sólidos” - Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010 e Decreto 7404, de 23 de dezembro de 2010;

Deve se integrar com as demais políticas: meio ambiente, saneamento, recursos hídricos e educação ambiental

Responsabilidade compartilhada e Logística Reversa



DA PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS, constando de: 1. AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - Estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, Descrição e análise da situação atual; 2. ESTUDO DE DEMANDAS - Estimativa de crescimento populacional e Estimativa da geração de resíduos; 3. PLANO DE GESTÃO - Modelo de Gestão e Formulação e seleção de alternativas e Recomendações finais e 4. RESUMO DE INVESTIMENTOS, com Anexo de Viabilidade Econômico-Financeira

1. AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Estrutura organizacional da Prefeitura Municipal; Descrição da situação atual; Geração de Resíduos

Atualmente a quantidade média de RSU coletada no município de Itanhaém é de aproximadamente 63 toneladas por dia.

		RSU (t)		RSSS (t)	
		2008	2009	2008	2009
Total	Total	-	23.136,28	74,33	71,32
Média diária**	Geral	55,7	63,39	0,28	0,30
Média mensal**	Geral	1.701,82	1.928,02	8,3	8,9

Caracterização dos Resíduos: Matéria Orgânica 74,8 %

Limpeza de ruas, praias, feiras e coleta domiciliar

Coleta seletiva e galpão de triagem; Coopersolreciclando e PEVs fixos distribuídos por escolas, unidades de saúde, supermercados e estabelecimentos comerciais.

Todo o lucro da venda dos materiais recuperados é dividido entre os cerca de 25 cooperativados. O galpão de triagem tem cerca de 270 m² de área operacional, e recebe os resíduos da coleta seletiva, resíduos dos PEVs e resíduos de grandes geradores.

Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde – RSSS - Média de 110 toneladas ao ano; aproximadamente 9 ton/mês

Resíduos Sólidos da Construção Civil – RSCC

Transbordo, transporte e destinação final de resíduos.

Para que possa ser transportado ao destino final em aterro sanitário privado devidamente licenciado pela CETESB - aterro sanitário Lara, de propriedade da empresa Lara Tratamento de Resíduos Ltda., situado no município de Mauá. Ao final, o resíduo percorre cerca de 100 km entre o gerador e o destino final.

Receitas e despesas: O serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos é cobrado por meio de uma taxa específica - taxa de remoção de lixo, instituída pelo CTM. Valor das taxas:

Imóveis prediais: 1 UF / m² e Imóveis territoriais: 5 UF / metro de testada

Em 2011 a UF equivale a R\$ 2,32 (dois reais e dois centavos). A receita total arrecadada com a taxa de lixo em 2009 foi de R\$ 9.072.016,49.

A despesa parcial apurada para 2008 foi de R\$ 7.160.000,00. Todavia, esse valor abrange somente as despesas com serviços contratados, não estando incluídos as despesas com serviços prestados diretamente pela Prefeitura.

2. PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE RESÍDUOS

Ano	População			Geração (toneladas/ano)		
	Residente	Flutuante	Total	RSD	RSSS	RSU
2012	89.274	110.053	199.327	19.475,8	112,4	24.344,8
2020	97.583	119.313	216.896	21.260,7	122,4	26.575,8
2025	102.262	123.635	225.897	22.240,3	127,4	27.800,3
2030	106.524	124.710	231.234	23.051,1	130,4	28.813,8
2035	108.720	125.251	233.972	23.468,7	132,0	29.335,8
2040	109.836	125.523	235.358	23.680,6	132,8	29.600,7

3. PLANO DE GESTÃO

Modelo de Gestão: Não existe nenhum processo miraculoso capaz de valorizar o conjunto dos diversos tipos de resíduos gerados em um município, ou que gere uma quantidade pequena de subprodutos e menos ainda tecnologias de baixo custo. Esta busca de solução, combinando diferentes técnicas ou mesmo tecnologias, normalmente é chamada de Modelo de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

Deve-se estabelecer uma hierarquia de ações.

As diferentes formas de gestão devem, dentro do menor custo, buscar: redução na origem; recuperar a parte reciclável ou reutilizável; valorizar a fração residual depois da reciclagem (matéria orgânica inclusive); reduzir o potencial poluente ou perigoso dos resíduos; reduzir as quantidades a serem destinadas a aterro; respeitar sempre o princípio da proximidade, ou seja, diminuindo o transporte e suas consequências ao meio ambiente.

Limpeza de ruas, praias, feiras, coleta domiciliar e coleta seletiva

Coleta seletiva

Containerização

Pontos específicos de aporte voluntário – PEV

Os PEVs podem se tornar instrumentos fundamentais para a solução do problema dos resíduos de construção civil, resíduos de poda e resíduos especiais e volumosos. A implantação dos PEVs também auxilia na economia, já que dispensa a coleta domiciliar e em locais de difícil acesso. Outro aspecto positivo é a destinação correta de resíduos especiais, como óleos de cozinha, pilhas e baterias e lâmpadas. Modelo básico de PEV

Ação Imediata: Construção de um PEV e Ação de Curto Prazo: Construção de dois PEVs

Há, ainda, a possibilidade de implementar a alocação estratégica de pontos de entrega voluntária de resíduos recicláveis para pequenos volumes.

Centros de triagem- Recuperação de resíduos recicláveis provenientes da coleta seletiva e entrega voluntária, minimizando o volume de resíduos para destinação final e gerando receita através da venda destes materiais.

As atividades no galpão de triagem compreenderiam basicamente: Recepção e acumulação dos resíduos provenientes da coleta seletiva e dos PEVs; Separação dos resíduos considerados indesejáveis para a reciclagem (rejeito de triagem); Prensagem e enfardamento dos resíduos selecionados; Armazenamento para comercialização.

Ação imediata: instalação de um galpão de triagem e Ação de médio prazo: Aumento da capacidade de triagem do galpão

Adequação da operação da estação de transbordo

Disposição final dos RSU: Conforme a tendência mundial, não existe uma solução única e o modelo de gestão empregado deve utilizar diferentes alternativas integradas e ao mesmo tempo, como por exemplo, a utilização da compostagem para redução da matéria orgânica, seguida da valorização térmica, que implica em uma grande redução de quantidade final de resíduos que terá como fim a destinação em aterros classificados.

RECOMENDAÇÕES FINAIS - Considerando o custo total dos serviços de gestão de transporte e destinação final, assim como a fragilidade da dependência dos aterros existentes (condicionados à vida útil e eventuais problemas ambientais, associado ao passivo ambiental) recomenda-se:

- Investir fortemente nas ações de educação e conscientização ambiental na busca da redução e segregação na geração dos resíduos;
- Implantar o sistema de coleta seletiva, centrais de triagem e serviços de containerização, associados às ações de educação e conscientização ambiental buscando o aumento da valorização da reciclagem;



- Implementar as ações de organização, criação de cooperativas e cadastro dos “catadores” dentro do programa de implantação dos PEVs e Centrais de triagem, associadas às ações hoje já existentes no município;
- Proceder imediatamente a alteração da destinação final dos resíduos de limpeza pública para instalações em condições ambientais e sanitárias adequadas;
- Buscar alternativas de destinação adequada para os resíduos especiais (pilhas, baterias, óleos vegetais, etc.) associada às ações de educação e conscientização ambiental;
- Efetuar um estudo de mercado sobre a potencialidade e demanda futura de compostos em agricultura verde, buscando a valorização da fração orgânica que hoje representa em torno de 75% da quantidade de RSU de Itanhaém;
- Buscar alternativas à destinação final diferente da destinação em aterros, como por exemplo, a destinação para a UTTR em estudo pela Secretaria de Saneamento e Energia;
- Implantar um sistema de indicadores de maneira a avaliar anualmente as ações implementadas;
- Implantar um sistema de indicadores para avaliação anual dos serviços contratados para a gestão de RSU.

METAS INSTITUCIONAIS

Prestação dos serviços

objeto: delegar a prestação dos serviços dentro do formato da Lei nº 11.445/2007 e Decreto nº 7.217/2010;

meta e prazo: rever os contratos vigentes e, se necessário, estabelecer novos contratos para prestação dos serviços em até 4 (quatro) meses;

resultado esperado: institucionalização dos serviços em acordo à legislação, buscando assegurar à população os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de qualidade, por meio de fluxos contínuos de investimentos.

Regulação e fiscalização dos serviços

objeto: delegar a atividade de regulação e fiscalização dos serviços de resíduos sólidos a uma agência reguladora;

meta e prazo: estabelecer o convênio de cooperação para resíduos sólidos em até 6 (seis) meses;

resultado esperado: institucionalização dos serviços em acordo à legislação buscando assegurar o cumprimento das metas e do contrato.

Controle social dos serviços

objeto: instituir mecanismo participativo da sociedade;

meta e prazo: estar instituído em até 6 (seis) meses;

resultado esperado: garantir a participação da sociedade na execução do PMISB.

METAS QUANTI/QUALITATIVAS:

Cobertura de coleta regular de RSU:

- 100% de coleta regular até 2011
- 50% de coleta seletiva até 2015 e 100% até 2030
- 30%, 45% e 60% de resíduos recicláveis recuperados em curto, médio e longo prazo
- Índice de cobertura para os PEVs: imediato 10%
curto prazo 50%
- Índice de cobertura de containerização: curto prazo 30%
médio prazo 50%
longo prazo 100%

PLANO	Prazo	Investimento*	Custo de operação anual**
Total	Imediato	R\$ 785.160,00	R\$ 376.372,00
	Curto	R\$ 68.000,00	R\$ 832.897,97
	Médio	R\$ 80.000,00	R\$ 1.491.129,60
	Longo	-	R\$ 3.057.907,11

OBS: Não computados os custos tratamento e disposição final; além dos custos de recuperação de passivo ambiental.

4. **ANÁLISE FINANCEIRA:** Quantificação dos custos dos PEVs, Coleta seletiva e Centro de triagem; e Quantificação dos benefícios financeiros: Redução do custo do aterro e Redução do custo operacional no transbordo; Receitas da unidade de reciclagem; Geração de emprego, renda e impostos do centro de triagem.

Análise de sensibilidade – MOSTROU A VIABILIDADE DO PLANO

Logo em seguida, foram apresentadas as contribuições relativas ao tema que chegaram durante a Consulta Pública e também as coletadas durante as reuniões de trabalho realizadas:

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS DA CONSULTA PÚBLICA - Todas por formulário eletrônico

Tema	Assunto	Total	Local	
			Cibratel II/ Jd. Cibratel/ Tupy/ Grandesp	Suarão
Limpeza pública	Melhoria do serviço	2	1	1
Resíduos: Coleta Seletiva	Coletor/Ponto de Entrega de recicláveis	1	-	1
Total	3	3	1	2

CONTRIBUIÇÕES DAS REUNIÕES

Resumo de Participações e/ou Propostas:

- importância da educação ambiental para aplicar a ordem de prioridade exigida na gestão de resíduos: não geração, redução, reutilização e reciclagem;
- necessidade da melhoria de qualidade dos serviços prestados;
- dificuldades encontradas pelos contratados na prestação dos serviços;

- necessidade de solução ambientalmente adequada para disposição final e aproveitamento dos recicláveis aqui na região com possibilidade de solução conjunta com outro município;
- necessidade de ampliação da educação ambiental;
- recuperação do passivo ambiental do Vergara;
- alteração do modelo proposto para os PEV separando a coleta de alguns materiais para uma área contígua ou isolada (foi entendido que como proposto ficará muito confuso e para passar a gestão para uma cooperativa precisa ser mais seletivo o local de entrega voluntária);
- necessidade de tratamento da porção orgânica do lixo domiciliar, de preferência com compostagem;
- que os compostos devem ter qualidade para sua utilização na agricultura; controle social exercido através do Conselho da Cidade, que deve ser instituído com essa atribuição;
- vermicompostagem teve manifestações favoráveis principalmente pela etapa de higienização do processo, pois ela facilita a separação da porção reciclável; com uma manifestação contrária, sustentando que o composto não poderia ser usado na agricultura, seria considerado contaminado.

Demonstradas as contribuições recebidas, passou-se aos DEBATES – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, sendo aberta a palavra aos presentes:

- Sr. Érico (empresário do Gaivota e Diretor da ACAI): questionamentos sobre o resíduos gerados pelo comércio e grandes volumes (como pneus), e a responsabilidade de coleta e destinação adequada; sendo que pela condução dos trabalhos foi dada uma explicação sobre os conceitos e responsabilidades dos pequenos e grandes geradores;
- Sr. Dan (engenheiro e lixólogo - especialista em gestão de resíduos): explicou pontos importantes da Política Nacional de Resíduos e a responsabilidade compartilhada; exemplificando com os pneus, que o município pode manter um local para armazená-los, mas os fabricantes ou entidade que os represente deve vir até o município retirar o material e até remunerar o município pelo serviço prestado. Reforçou a importância da implantação dos PEV's tal como propostos;
- Sr. Eduardo (técnico em saneamento do ICM Bio): questionou sobre a rede de coleta de esgotos que foi implantada pela areia da praia; sendo explicado pela condução dos trabalhos que este assunto deve ser apresentado oportunamente, quando estivermos discutindo água e esgoto;
- Prof. Regina (vereadora): pergunta sobre a situação atual e futura do transbordo de resíduos domiciliares que tem autorização precária, sendo explicado pela condução dos trabalhos e pelo Sr. Prefeito sobre a responsabilidade da empresa contratada para isso, sobre as condições do Vergara e sobre a perspectiva futura de operação em um transbordo com todo controle, pois está em licenciamento e construção;
- Sr. André Barbosa (da ONG Ecosurfi): indagações sobre qual seria essa responsabilidade compartilhada quando entende que o Poder Público tomou somente para si a obrigação de elaboração e planejamento; de necessidade de efetivamente ser exercido controle social e do papel da sociedade civil, entendendo que a sociedade não se apropria do que não ajuda a construir;
- Sr. Dan (engenheiro e lixólogo - especialista em gestão de resíduos): explicou melhor o conceito da responsabilidade compartilhada; iniciando com a obrigação dos consumidores de separar os resíduos em casa, do setor produtivo de coletar seus resíduos e fazer esse material retornar ao ciclo produtivo e do Poder Público de dar condições e sustentação para que tudo isso ocorra;
- Sr. André Barbosa (da ONG Ecosurfi): declarou que entende que não há estratégia definida no Plano para atingir as metas; sendo explicado pela condução dos trabalhos que será num outro plano (de gestão de resíduos) que está sendo revisado, que teremos o detalhamento questionado;
- Sr. Dan (engenheiro e lixólogo: especialista em gestão de resíduos): Manifestação contrária aos métodos de valorização térmica por processos de incineração de resíduos, já que os estudos demonstram que os incineradores são responsáveis pelo aumento do efeito estufa (o hemisfério norte já está desistindo dessa opção); não devemos ir por esse caminho que pode inclusive “engessar” o poder público e sim optar pelo aproveitamento dos recicláveis e por processos de compostagem da parcela orgânica;
- Sra. Carol (bióloga e professora municipal): também se coloca contrária à incineração de resíduos; aponta um problema grave que é a ausência de lixeiras na cidade, ocasionando problemas com a disposição inadequada de lixo para a drenagem urbana e também questionou como ficará o transbordo de lixo que a empresa está construindo perder o contrato; sendo que destes questionamentos o Sr. Prefeito disse que esteve na Alemanha para conhecer incineradores em funcionamento, mas nossa primeira opção é pela compostagem; e a condução dos trabalhos lembrou que, quanto aos problemas de falta de lixeiras, está como diretriz a melhora dos serviços de limpeza pública como um todo;

- Sra. Telma (arquiteta): manifestou sua preocupação com a reciclagem, pois depende essencialmente do trabalho que deve ser feito na casa por cada pessoa – a separação, que deve ser conscientizada;
- Sr. André Barbosa (da ONG Ecosurf): incentivo à formação de associações de catadores, que deveriam existir em cada região da cidade; indagações sobre a cobertura de coleta de resíduos da cidade e a necessidade de coleta seletiva de porta-porta em 100% dos domicílios, entendendo que é obrigação da Prefeitura essa coleta; seguiu-se a essa manifestação vários comentários sobre as possibilidades e maneiras de cobrir a cidade inteira com a coleta seletiva, podendo e devendo ser por PEV's ou coleta por veículos de pequeno porte, nos setores que tem uma geração maior de resíduos, senão não há viabilidade econômico-financeira e até ambiental, e essa viabilidade é necessária como premissa da Política Nacional de resíduos;
- Sr. Jonas (trabalhador da Transpolix): explicou as dificuldades encontradas na coleta e o significado do local de transbordo de resíduos, como sendo o local que simplesmente o resíduo muda de um veículo pequeno para outro maior e onde não há nenhuma estocagem e não permanece resíduo algum; e que o projeto que está sendo implantado é muito diferente dos transbordos que operam em toda região, com rigor e seguindo as normas técnicas; além disso deu seu depoimento da experiência que obteve quando trabalhou em São José dos Campos, município que foi pioneiro e muito eficiente em coleta seletiva e nem assim conseguiram implantá-la em 100% da cidade.

A condução dos trabalhos, alertada sobre o adiantado da hora, pois o tema consumiu bastante tempo das discussões; deu por encerrado este tema e passou para o próximo:

Plano Municipal de Saneamento - DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Possibilidade pela Cobrança pelo serviço - Art. 36. da Lei e Art. 16. Do Decreto

Art. 16. A cobrança pela prestação do serviço público de manejo de águas pluviais urbanas deverá levar em conta, em cada lote urbano, o percentual de área impermeabilizada e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção da água pluvial, bem como poderá considerar: I - nível de renda da população da área atendida; e II - características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS: 1. AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - Estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, Descrição e análise da situação atual; 2. ESTUDO DE DEMANDAS - Estimativa de crescimento populacional e Estimativa da geração de resíduos; 3. PLANO DE GESTÃO - Modelo de Gestão e Formulação e seleção de alternativas e Recomendações finais; 4. RESUMO DE INVESTIMENTOS e Anexo de Viabilidade Econômico-Financeira

BACIA HIDROGRÁFICA UNIDADE DE PLANEJAMENTO – INTERFACES com outras bacias e outros municípios

PLANEJAMENTO - documentos analisados: Plano de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista - Quadriênio 2008 -2011 – Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista – VM Engenharia de Recursos Hídricos/2008; Plano Diretor de Drenagem de ITANHAÉM – FCTH/2001; Programa Regional de Identificação e Monitoramento de Áreas Críticas de Inundações, Erosões e Deslizamentos – PRIMAC: AGEM/2002; Programa de Identificação de Esgotos na Rede Pluvial. Prefeitura de ITANHAÉM e SABESP; Projetos de Rio do Poço e Campininha: Projeto Executivo para Saneamento, Regularização de Vazão, Regularização de Curso, Contenção de Margens e Desassoreamento de Rios Interiores da Área Urbana do Município de Itanhaém; Projeto Executivo das Obras do Rio Campininha e Rio do Poço. FEHIDRO. Internave Engenharia – 1999; necessidade de atualização das propostas de recuperação dos rios atendendo aos conceitos de manejo sustentável das águas urbanas, sendo aprovado junto a FEHIDRO atualização do Projeto para o Rio do Poço. Distribuição das Áreas de Risco em Itanhaém. Convênio de COOPERACAO TÉCNICA IG-CETEC – 2007.

Apresentação das Sub-bacias do município - Plano Diretor de Drenagem ITANHAÉM; maiores problemas na sub-bacia do Rio do Poço, a maior Interfaces drenagemXresíduos sólidos e drenagemXesgotamento sanitário

PROPOSIÇÕES ESTRUTURAIS

Problema	Ação	Prazo	Investimentos (R\$)
Áreas com habitações irregulares e em situação de precariedade. Edificações em situação irregular.	Acompanhar a conclusão do Plano Habitacional adequando aos instrumentos de planejamento, como PDDI e Plano Diretor de Drenagem. Elaborar planta de zoneamento de áreas sujeitas a inundação e definir restrições de uso.	Médio	15.000,00
Problemas pontuais de alagamentos.	Execução das obras de infraestrutura de microdrenagem.	Longo	275.480.000,00
Problemas pontuais de alagamentos.	Execução das obras de infraestrutura de macrodrenagem.		
Problemas estruturais e de revestimento dos canais.	Execução das obras elencadas pelo Programa cadastro das patologias estruturais e de revestimento dos canais e travessias.		

PROPOSIÇÕES NÃO ESTRUTURAIS

METAS

Índice de cobertura da microdrenagem

Atual – não existe cadastro de microdrenagem Metas: imediata – efetuar cadastro até 2020 – 100% de extensão de vias de área urbanizada com estruturas

Índice de cobertura da macrodrenagem

Atual – não existe cadastro Metas: Até 2030 – 100% de canais e estruturas de macrodrenagem implantadas

METAS INSTITUCIONAIS

Prestação dos serviços

objeto: realizar parte da prestação dos serviços de forma direta e parte através de delegação dentro do formato da Lei nº 11.445/2007 e Decreto nº 7.217/2010;

meta e prazo: instituir setor responsável pela gestão dos serviços em até 6 (seis) meses; e estabelecer contratos para a parte delegada em até 12 (doze) meses;

resultado esperado: institucionalização dos serviços em acordo à legislação, buscando assegurar à população serviços de drenagem urbana com padrões de qualidade, através de fluxos contínuos de investimentos.

Regulação e fiscalização dos serviços

objeto: delegar a atividade de regulação e fiscalização dos serviços a uma agência reguladora;



meta e prazo: estabelecer o convênio de cooperação a drenagem urbana em até 12 (doze) meses mediante cláusula aditiva ao convênio para água, esgoto e resíduos;

resultado esperado: institucionalização dos serviços em acordo à legislação buscando assegurar o cumprimento das metas e do contrato.

Controle social dos serviços

objeto: instituir mecanismo participativo da sociedade;

meta e prazo: estar instituído em até 6 (seis) meses;

resultado esperado: garantir a participação da sociedade na execução do PMISB.

METAS

Período

Obras

Longo Prazo

obras de infraestrutura de microdrenagem para resolver problemas pontuais de alagamentos.

obras de infraestrutura de macrodrenagem para resolver problemas pontuais de alagamentos.

obras do Programa Cadastro das patologias estruturais e de revestimento de canais e travessias

INDICADORES

A - Indicador de cobertura da macrodrenagem

B - Indicador de cobertura da microdrenagem

C - Indicador de qualidade da água no sistema de drenagem: IQUAL

INVESTIMENTOS

Drenagem	Imediato (2010)	1.505,00
	Curto Prazo (2011 - 2015)	2.095,00
	Médio Prazo (2016-2020)	16.465,00
	Longo Prazo (2020 -2039)	275.480,00
	Total	295.545,00

Investimento do Plano de Saneamento - 2010/2039 - (R\$.10ª/Dez.2008)

Logo em seguida, foram apresentadas as contribuições relativas ao tema que chegaram durante a Consulta Pública e também as coletadas durante as reuniões de trabalho realizadas:

CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA PÚBLICA

Todas por formulário eletrônico

Tema	Assunto	Total	Local	
			Cibratel II/ Jd. Cibratel/ Tupy/ Grandes	Marajá
Drenagem	Macrodrenagem – piscinões e canais para o Rio do Poço	2	2	-
	Microdrenagem – colocação e limpeza de tubos	2	1	1
Total	4	4	3	1

CONTRIBUIÇÕES DAS REUNIÕES

Resumo de Participações e/ou Propostas:

-problemas graves de enchentes na região de abrangência do Rio do Poço, com relatos de grandes prejuízos;
-falta de limpeza periódica nos canais e rios, possíveis agravantes para as cheias;
-áreas de beira de rio invadidas e ocupadas, causando estrangulamento de vazão em vários trechos;
-altos custos de implantação das medidas estruturais necessárias, sem custeio direto por tarifa ou taxa de prestação de serviço.

Demonstradas as contribuições recebidas, passou-se aos DEBATES – DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, sendo aberta a palavra aos presentes:

- Sr. Érico (empresário do Gaivota e Diretor da ACAI): entende que faltou participação popular, não chegaram muitas propostas de alteração do Plano; questionou sobre a possibilidade de criação de uma taxa de drenagem, que poderá vir a ser cobrada; sendo respondido pela condução do trabalhos que sim, existe essa possibilidade pela legislação federal, mas ainda não há nenhum projeto nesse sentido no município;
- Sra. Carol (bióloga e professora municipal): questiona a participação popular nas discussões, entende que apesar de ter sido bastante utilizada a internet, ela ainda não é acessível a grande parte da população e outras possibilidades de participação presencial deveriam ter sido apresentadas; além disso ponderou sobre a ‘vitalidade’ dos rios, apontando como necessária a revitalização dos rios e citou o caso do Rio do Poço, que aparentemente está mais saudável, sem saber se é consequência do trabalho que vem sendo realizado, como o Projeto Rio Itanhaém-Lixo Zero; complementando pela condução dos trabalhos que foram várias as formas de divulgação, a exemplo das reuniões na Câmara e do Boletim Oficial, além de toda a divulgação e Consulta Pública pela internet;

- Sra. Luana (empresária, moradora e membro da Associação de Moradores do Cibratel): problemas de drenagem do bairro, muitos relacionados com o Rio do Poço;
- Sra. Carol (bióloga e professora municipal): complementando a fala, ressalta a importância da manutenção da vegetação de jundu junto às praias, como o trabalho que se faz no Gaivota por uma associação do bairro, como proteção da erosão; e questiona que houve poda excessiva da grama da orla do Centro, entendendo ter prejudicado a recuperação do jundu que está em curso;
- Sr. Dan (engenheiro e lixólogo: especialista em gestão de resíduos): Manifestação a favor de taxa específica para drenagem, se for necessário, pois deve haver recursos para executar as intervenções necessárias, que tem ligação clara com a saúde pública, e evitaria aquela instabilidade própria dos recursos públicos de hora tem e hora não tem, prejudicando a continuidade dos serviços;
- Sr. André Barbosa (da ONG Ecosurfi): entende que já pagamos impostos demais e não cabe mais um e sim que deveriam ser melhor aplicados os recursos disponíveis; que deve ser pensada uma metodologia para se atingir um número maior de pessoas para descentralizar as decisões que estão nas mãos de poucos, por exemplo com reuniões nas várias regionais pelo município; pela condução dos trabalhos foi explicado que esse assunto está agrupado com a educação ambiental, último tema, quando poderemos discutir mais essa questão da participação popular;
- Sr. Érico (empresário do Gaivota e Diretor da ACAI): entende que também poderiam ser utilizadas redes sociais para as discussões.

Encerrado este tema, sem outras inscrições, passamos para o próximo assunto:

Plano de Saneamento: ÁGUA E ESGOTO

DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS - 1. AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - Estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, Descrição e análise da situação atual; **2. ESTUDO DE DEMANDAS** - Estimativa de crescimento populacional; **3. PLANO DE GESTÃO** - Modelo de Gestão e Formulação e seleção de alternativas e **4. RESUMO DE INVESTIMENTOS**, com Anexo de Viabilidade Econômico-Financeira

AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O planejamento vem sendo efetuado pela operadora concessionária na área de água e esgotos. Um importante instrumento deste planejamento é o Plano Diretor de Abastecimento de Água da Baixada Santista (PDAABS), que está sendo revisado e atualizado (em 2009 ainda estava em fase de aprovação das alternativas propostas).

Outro instrumento importante é o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) – Programa Onda Limpa. Também foi estudado o Plano Plurianual (2009-2013) e o Mapa de Investimentos (período de 2013 a 2039).

Prestação de serviço - O serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de Itanhaém é prestado por meio de uma concessão à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Esta concessão tem origem numa antiga escritura pública onde o poder executivo do município cedeu, em 01/11/1972 e por tempo indeterminado, à SANEVALE - Companhia Regional de Água e Esgotos do Vale da Ribeira, o direito de instalação, manutenção e exploração dos serviços de abastecimento de água. A SABESP, quando do processo de incorporação da SANEVALE, em 1975, a sucedeu em seus direitos, dela herdando suas concessões. Entende-se, portanto, que os documentos da concessão original são o instrumento atualmente em vigor na relação entre o município e sua prestadora concessionária.

Abastecimento de Água	
Economias ativas (faturadas)	54.062
Economias totais (cadastradas)	58.200
População total atendida	169.313
Índice de cobertura	90%
Ligações ativas (faturadas)	50.919
Ligações totais (cadastradas)	54.998
Índice de hidrometração	100%
Extensão de rede (m)	750.261
Indicador - economia/ligação	1,06
Indicador - metro de rede/habitante	4,43

Números e indicadores de cobertura – 2009

Descrição sucinta do sistema principal - As águas captadas são aduzidas ao PC Mambu, onde é feito o seguinte tratamento: gradeamento, desinfecção por cloro, fluoretação e correção de pH. A partir da estação elevatória, localizada logo após o PC a água é encaminhada, por meio de uma adutora, para os sistemas de distribuição de Itanhaém, Peruíbe e Mongaguá. O sistema produtor Mambu compreende a exploração de um único manancial de superfície, o rio Mambu, afluente da margem direita do rio Branco. A vazão máxima atualmente captada é da ordem de 750 l/s. A captação é feita com a utilização de uma barragem de concreto estrutural para elevação do nível d'água. A adução de água tratada é feita a partir de uma estação elevatória, localizada na área do PC Mambu, e é constituída por uma linha principal de 700 mm em aço com 11 km de extensão e mais outras 4 linhas subadutoras derivadas desta principal: AAT Moenda Matão, 7,90 km, que abastece em marcha os setores Cabuçu e Centro; AAT Suarão - Mongaguá com dois trechos, o primeiro ao reservatório Suarão, 2,3 km, e o segundo deste reservatório até a divisa de Mongaguá, 3,05 km; AAT Jardim Itanhaém - Peruíbe com dois trechos, o primeiro ao reservatório Jardim Itanhaém 12,7 km, e o segundo deste reservatório até o booster Prados - Peruíbe, 10,0 km; AAT Reservatório Cibratel II com três trechos, o primeiro ao booster Cibratel, 1,4 km, o segundo daí a interligação de saída do reservatório Morro do Convento e o terceiro deste ponto ao reservatório Cibratel II, 2,7 km.

O sistema de distribuição atual possui três setores: CR Suarão: abrange a região do mesmo nome e tem dois reservatórios, um apoiado e um elevado que pressuriza a rede; CR Cibratel II: com dois reservatórios de 5.000 m³ cada, abastece uma parcela do Setor Cibratel inserido na região central de Itanhaém; CR Jardim Itanhaém: com um reservatório de 5.000 m³, abastece o Setor Jardim Itanhaém e Bopiranga.

A distribuição contava em 2009 com 750,3 km de tubulações, atendendo 54.998 ligações, todas hidrometradas, e que representava um índice de atendimento da ordem de 90%.

Obras em andamento no sistema de água principal- As obras previstas para o sistema de água de Itanhaém são as seguintes: sistema produtor integrado de Mambu Branco, para Itanhaém, Praia Grande, Mongaguá e Peruíbe, com capacidade incremental de mais 2,38 m³/s e total de 3,20 m³/s; a parcela a



incrementar para Itanhaém será de 0,773 m³/s até o final de plano; e Adutoras de água tratada: Trecho 1 - entre a ETA e a interligação Suarão: tubulação com 11.040 m de extensão e 1.500 mm de diâmetro. Interligação de Suarão ao reservatório com 316 m e 900 mm; Trecho 2 - entre a interligação Suarão e Solemar: tubulação com 18.195 m de extensão e 1.200 mm de diâmetro. Interligações com 312 m de extensão/800 mm de diâmetro e com 6 m de extensão/500 mm de diâmetro.

A disponibilidade para ampliação do SI Mambu-Branco, objeto de obras em andamento na região, soma as vazões dos rios Mambu e Branco num total de 5,282 m³/s e 6,499 m³/s, respectivamente, nos períodos do ano inteiro e no verão. O atendimento da demanda de água de Itanhaém; numa média para 2030 (estudada no PDAABS da SABESP) da ordem de 0,773 m³/s, para o período de janeiro e fevereiro, está garantida, mesmo considerando as demais necessidades do sistema Mambu - Branco neste período, que somam 3,641 m³/s.

OBRAS EM ANDAMENTO

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Período Obras

2010-2013 produção Mambú Branco

2010-2015 adução Mambú Branco

Fotos das obras em andamento

Capacidade e qualidade do tratamento: A capacidade da unidade atual de tratamento do sistema Mambu, de simples desinfecção, é de 1,0 m³/s, conforme dados do PDAABS. Do ponto de vista de qualidade, contudo, este tratamento não atende às condições legais. Por isto mesmo estão previstas obras de implantação de ETA no sistema Mambu-Branco, nas capacidades de 1,600 m³/s em primeira etapa e 3,200 m³/s em segunda.

Condição atual do sistema de esgotamento sanitário

O sistema de esgotamento da cidade de Itanhaém tem abrangência muito pequena e constitui-se de rede coletora, elevatórias e duas unidades de tratamento, sendo uma restrita a um conjunto habitacional.

Em 2009 o sistema contava com 216,9 km de rede coletora e 3.680 ligações totais. O esgoto é transportado através de cerca de 7 km de emissários e 01 elevatória final.

Esgotamento Sanitário	
Economias ativas (faturadas)	5.643
Economias totais (cadastradas)	6.072
População total atendida	16.931
Índice de cobertura	9%
Ligações ativas (faturadas)	3.457
Ligações totais (cadastradas)	3.680
Extensão de rede (m)	216.863
Indicador - economia/ligação	1,76
Indicador - metro de rede/habitante	12,8

Existem duas estações de tratamento. A ETE (Anchieta) atende ao centro e às áreas 3 e 4, todos da margem esquerda do rio Itanhaém, e se constitui de um sistema unitank (conjunto de tanques de aeração e clarificação), capacidade de 207 l/s.

Obras de esgotamento sanitário em andamento: Um conjunto de obras em andamento refere-se à execução de ligações prediais em áreas dotadas de rede coletora. Além disso, as obras previstas pelo programa Onda Limpa no município referem-se a: ligações prediais: 24.002 unidades; redes coletoras: 277,9 km, com diâmetro entre 150 e 400 mm; coletor tronco: 16,3 km, com diâmetro entre 200 e 800 mm; estações elevatórias de esgotos: 21 elevatórias, mais a elevatória final; linhas de recalque: 9,7 km, com diâmetro entre 100 e 700 mm; emissário final: 1,6 km e diâmetro 600 mm; ETE: uma unidade para a margem direita, de 372 l/s, do tipo lodos ativados por batelada, com aeração prolongada e desinfecção do efluente tratado

METAS QUALI/QUANTITATIVAS

Água

Cobertura atual				
Ano	2009			
%	90,0%			
Cobertura futura proposta				
Ano	2010	2020	2030	2039
%	95,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Um forte limitante para o atendimento, em função dos impedimentos legais, são as áreas com ocupações irregulares.

Esgotamento sanitário

A definição de cobertura de esgoto segue o princípio da de água, da relação entre o número de imóveis em cujos logradouros deve haver rede coletora à disposição e o total de imóveis existentes.

disposição e o total de imóveis existentes.

Cobertura atual				
Ano	2009			
%	9,0%			
Cobertura futura proposta				
Ano	2010	2020	2030	2039
%	15,0%	50,0%	80,0%	100,0%

O índice de tratamento se mede pela razão entre o volume tratado e o volume coletado.

Evidentemente, fica implícito que o volume tratado se dá num grau de tratamento que faça desaguar um efluente que atenda às condições legais.

Tratamento primário - atual	
Ano	2010
%	81%
Tratamento secundário - futuro	
Ano	2018 2039
%	100% 100%

METAS INSTITUCIONAIS

Prestação dos serviços

objeto: delegar a prestação do serviço dentro do formato da Lei nº 11.445/2007 e Decreto nº 7.217/2010;

meta e prazo: estabelecer o contrato na forma prevista pela Lei nº 11.445/2007 e Decreto nº 7.217/2010, em até 2 (dois) meses;

resultado esperado: institucionalização dos serviços em acordo à legislação, buscando assegurar à população serviços de água e esgoto com padrões de qualidade, através de fluxos contínuos de investimentos.

Regulação e fiscalização dos serviços



objeto: delegar a atividade de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários a uma agência reguladora;
meta e prazo: estabelecer o convênio de cooperação para o abastecimento de água e esgotos sanitários em até 6 (seis) meses;
resultado esperado: institucionalização dos serviços em acordo à legislação buscando assegurar o cumprimento das metas e do contrato.

Controle social dos serviços

objeto: instituir mecanismo participativo da sociedade;

meta e prazo: estar instituído em até 6 (seis) meses;

resultado esperado: garantir a participação da sociedade na execução do PMISB.

METAS QUALI/QUANTITATIVAS

Também fazem parte do Plano de Metas, além da cobertura de água e esgoto e tratamento de esgotos:

Controle de perdas; Qualidade da água distribuída; Atender aos padrões e parâmetros de potabilidade da água e quantidade de amostras e análises previstas.

METAS INSTITUCIONAIS

A alternativa de renovar o contrato da prestação dos serviços com o atual prestador, a SABESP, se daria através de novo instrumento contratual: o contrato de Programa.

OBRAS PROJETADAS

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Período Obras

2014-2018 implantação de setorização nos bairros Umuarama, Tupi, Gaivota, Campos Eliseos, Ivoty/Oásis

2014-2017 construção de reservatórios: Umuarama, Tupi, Gaivota e Campos Eliseos

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Período Obras

2010-2014 implantação dos sistemas de tratamento e disposição final de esgotos sanitários

2014-2015 implantação de rede coletora e ligações de esgoto no Jardim Oásis

2014 implantação de rede coletora e ligações de esgoto no Cibratel I, Jardim Yeda, P. Balneário Itanhaém

2014-2027 disposição final de resíduos da ETE; aterro exclusivo e leitos de secagem

RESUMO INVESTIMENTOS

Sistemas	Período	Investimento
Água	Imediato (2010)	13.542,97
	Curto Prazo (2011 - 2015)	29.231,63
	Médio Prazo (2016-2020)	40.234,79
	Longo Prazo (2020 -2039)	11.801,52
	Total	94.810,90
Esgoto	Imediato (2010)	118.385,01
	Curto Prazo (2011 - 2015)	81.600,15
	Médio Prazo (2016-2020)	39.383,90
	Longo Prazo (2020 -2039)	56.000,06
	Total	295.369,12

Investimento do Plano de Saneamento - Baixada Santista Município de Itanhaém - 2010/2039 - R\$.10³/Dez.2008)

População em 2010 (Hab.)		194.408
Investimento Per Capita (R\$)		3.531,64
Investimento Per Capita (R\$)	Imediato (2010)	689,98
	Curto Prazo (2011 - 2015)	581,23
	Médio Prazo (2016-2020)	494,65
	Longo Prazo (2020 -2039)	1.765,78
	Total	3.531,64
Investimento Per Capita anual nos 30 anos (R\$)		117,72

Estimativa de investimento per capita do Plano de Saneamento - Baixada Santista - 2010-2039 (R\$/Dez.2008)

ANÁLISE FINANCEIRA

Conforme mostra o Quadro, o impacto distributivo do plano traduzido na relação R\$/habitante mostra que a média é de R\$ 3.531,64 por habitante ao longo dos 30 anos. Isto representa um esforço por habitante/ano de R\$ 117,72, o que em termos de exigência da sociedade para cumprir a universalização pode ser considerado baixo. Quando se verifica o impacto na conta mensal o valor resultaria em uma transferência de R\$ 9,81 /hab./mês. Certamente o equacionamento do financiamento do plano não pode ter como base uma política de sustentabilidade com a busca de recursos da sociedade no longo prazo. Para que a universalização seja conseguida no curto prazo é recomendável procurar uma alavancagem para cobrir os investimentos mais significativos e instalar a estrutura necessária e, no longo prazo, buscar o equilíbrio econômico-financeiro, considerando os indicadores apresentados como parâmetros para estabelecer a participação com justiça social, ou seja: participação segundo a renda.

Logo em seguida, foram apresentadas as contribuições relativas ao tema que chegaram durante a Consulta Pública e também as coletadas durante as reuniões de trabalho realizadas:

CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA PÚBLICA

Todas por formulário eletrônico

Tema	Assunto	Total	Local/Região	
			Cibratel II/ Jd. Cibratel/ Tupy/ Grandesp	Fazendinha
Esgoto	Colocação de Rede coletora local	3	2	1
Água	-	-	-	-
Total		3	2	1

CONTRIBUIÇÕES DAS REUNIÕES

Resumo de Participações e/ou Propostas:

-como estavam presentes representantes da SABESP, grande parte das intervenções concentrou-se nas dúvidas e explicações que foram solicitadas aos técnicos (referente às obras) e também com relação a tarifas;
-o cálculo da cobertura do Plano deu-se em cima dos índices que a SABESP utiliza, então foi bastante discutida com eles a questão da obrigatoriedade de implantação de rede nos loteamentos antigos e nos mais recentes, aprovados após a 6.766/79, onde toda a obrigação seria dos loteadores;
-outro ponto bastante discutido foram as ligações em ‘áreas verdes’ ou áreas institucionais ocupadas, onde a ligação de água é feita somente após manifestação específica da Prefeitura; devido à importância do assunto, a Prefeitura solicitou a listagem e classificação dos loteamentos que a empresa utiliza para definir esse seu entendimento, de forma a compreender o que representa isso territorialmente e promover alterações de metas de cobertura, se for o caso.

Demonstradas as contribuições recebidas, passou-se aos DEBATES – ÁGUA E ESGOTO, sendo aberta a palavra aos presentes:

- Sr. Érico (empresário do Gaivota e Diretor da ACAI): declara que o que realmente o motivou a vir à Audiência Pública foi a possibilidade de questionar sobre o passivo ambiental que foi deixado pelo Programa Onda Limpa nas praias do Gaivota, com os poços de visita da rede de coleta de esgoto que passada na areia e como que isso foi autorizado, pois corremos o risco de ter “Onda Limpa Areia Suja”, pois além do risco ambiental, uma região turística deve ter preocupação maior com a qualidade das praias; entregou à condução dos trabalhos várias fotos do problema citado tiradas na região do Gaivota, que estão anexas à Ata; também lembrada pela condução dos trabalhos sobre a manifestação do representante do ICMBio no início dos trabalhos, que dizia respeito também a esse assunto; continuando, o Sr. Érico entende que deva ser desfeito o trabalho ou encontrada uma solução para o problema, com a participação da Câmara e da Prefeitura, que devem pressionar. Durante essa manifestação, houveram apartes e outras opiniões convergentes para a necessidade de uma solução e de um plano de contingências, pois o receio de um extravasamento de esgoto nas areias das praias é grande, além do risco de uma ressaca destruir parte da rede;
- Sr. Eduardo (funcionário da SABESP): falou da dificuldade de projetar e operar rede de esgoto em nossa região, que elas trabalham por gravidade e por isso necessitam sem implantadas nas cotas mais baixas; que sobre a rede na areia, apesar de não conhecer em profundidade o projeto, entende que deve ter sido uma solução de projeto e uma necessidade colocar a rede ali e também decorrente também da necessidade de se projetar buscando a solução mais econômica; que há plano de contingências sim e que um Centro de Controle monitora todo o sistema; além disso, concorda que não deve haver vazamento algum para as areias das praias;
- Sr. Dan (engenheiro e especialista em gestão de resíduos, morador da região do Satélite): coloca a importância da prestação de serviço e correta operação, pois já presenciou transbordamentos na rede na areia em frente ao Satélite;
- Sr. Bruno (da ONG Ecosurfi): entende necessária captação de água para consumo humano, mas no caso do Rio Branco, com a nova captação no local pode ser gerada uma instabilidade sócio-econômica pela existência de muitas áreas a montante de plantação de bananas, cujos agricultores já estariam recebendo comunicados que não podem mais utilizar defensivos agrícolas e correm o risco de ter problemas para produzir; diz que não concorda com o uso de defensivos agrícolas, mas está preocupado com os produtores, ao contrário da SABESP que não está preocupada com eles e nem com a qualidade da água que será captada no local, somente com seu próprio lucro;
- Sr. Paulo (funcionário da SABESP): que a empresa investe e tem que ter retorno financeiro e lucro sim, faz parte, mas enfatiza que a SABESP é uma empresa de trabalho pela saúde pública, pois de cada 1US\$ investido em saneamento temos uma economia de 4US\$ em saúde pública; além disso, a qualidade da água distribuída é monitorada segundo padrões federais estabelecidos e a empresa cumpre a legislação; que não há qualquer estudo que mostre contaminação da água do Rio Branco por agrotóxicos; além disso, voltando ao assunto dos PV's na praia, declarou ter sido a solução técnica encontrada;
- Sr. Fernando (engenheiro da SABESP): julga importante registrar que a empresa não enviou qualquer documento aos agricultores do Rio Branco referente a proibição de uso de defensivos agrícolas ou qualquer outro assunto; e sobre o problema nos PVs na praia do satélite, explicou que foram decorrentes de um furto de fiação elétrica e que a concessionária de energia demorou para fazer a substituição; após

essa manifestação muitos concordaram que é urgente um plano de contingência para evitar outros casos semelhantes;

- Sr. Antonio (morador do Gaivotá): relato de vazamentos nos PV's na praia do Gaivotá que extravazou antes da construção da elevatória, mas não estava ainda em carga a rede; questiona quanto ao que será feito quando ocorrerem problemas na estação elevatória;
- Sra. Josiane (Secretária de Saúde): parabenizou a todos pela organização e participação no evento; comentou que entende que muito do que estamos discutindo são questões operacionais e aqui não parece ser o local e hora mais indicados para essa discussão, pois o importante já há entendimento: deverá ser buscada uma solução para o problema dos PV's na praia, para focarmos nos pontos principais; ressalta a importância da participação social não só nesta etapa, mas para monitorar a implantação do Plano e futuramente até aprofundar várias discussões;
- Sr. João Rossmann (vereador): comentou sobre a exigência da elaboração de um Plano de Contingências pela SABESP, que compreenderia as medidas a serem tomadas nas situações citadas;
- Sr. Paulo (funcionário da SABESP): a SABESP é uma empresa de saneamento e tem, até por obrigação, que sempre buscar e oferecer soluções ambientalmente adequadas;
- Sr. Marcelo (Associação de Moradores do Gaivotá): que a empresa e todos tenhamos sempre em mente que de muitas das suas ações depende o turismo do município, setor do qual a cidade sobrevive economicamente;
- Sr. André Barbosa (da ONG Ecosurfi): deixa claro que não é nada pessoal contra ninguém da empresa e nem contra ela, mas há problemas de qualidade nos serviços que são prestados e citou Guarujá como exemplo.

Encerrado este tema, passamos para o tema Educação Ambiental, assunto incluído no Plano de Saneamento, por entendermos importante, apesar de não exigido.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Programas de Educação Ambiental existentes

"Programa de Coleta Seletiva e Inclusão Social dos Catadores e seu Conselho Gestor" Coleta Seletiva de Lixo e Inclusão Social.

Projeto Rio Itanhaém: Lixo Zero

Reciclando a favor da vida

Óleo Vida: Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos e Líquidos – Reciclando a Favor da Vida - reciclagem do óleo de cozinha.

Cooperar Reciclando, Reciclar Cooperando: capacitação com foco na coleta seletiva, destacando a importância dos agentes ambientais no contexto ambiental, social e cultural.

Cenário de mudança cultural

Logo em seguida, foram apresentadas as contribuições relativas ao tema que chegaram durante as reuniões de trabalho realizadas, já que da Consulta Pública não recebemos sugestão nesse tema:

CONTRIBUIÇÕES DAS REUNIÕES

Resumo de Participações e/ou Propostas:

- importância da educação ambiental que deve ser instituída como política pública;
- criação de uma rede de educação ambiental com vários parceiros envolvidos, já que existem muitas entidades que realizam trabalhos importantes nessa área;
- controle social exercido através do Conselho da Cidade, que deve ser instituído com essa atribuição;
- crítica no sentido que deveriam ter sido realizadas reuniões descentralizadas para divulgar o Plano de Saneamento nos bairros, facilitando e oportunizando a participação de mais pessoas no processo.

Demonstradas as contribuições recebidas, passou-se aos DEBATES – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, sendo aberta a palavra aos presentes:

- Sr. André Barbosa (da ONG Ecosurfi): entende que a divulgação não foi suficiente; que no município não há incentivo e fomento à participação popular nem nos Conselhos, muitos deles não se reúnem e os que se reúnem, não funcionam como deveria ser; que a educação ambiental é também educação política e um processo que deve ser contínuo na busca de soluções aos problemas que aparecem com a efetiva participação comunitária, que deve se apoderar das obras e intervenções, mas que isso só acontecerá quando houver o envolvimento desde o início e não quando a solução já está definida; que devem ser criados espaços para discussão com a população, o que propiciará seu desenvolvimento, juntando vários setores distintos; citou que várias obras são feitas sem ouvir a opinião e sem a participação da comunidade e depois ficam ociosos (citando os laboratórios do Centro de Pesquisas como exemplo), deve-se buscar o contrário, que é aproximar as pessoas das intervenções;



- Sr. João Carlos Forssell (Prefeito Municipal): disse que ficou muito satisfeito de ter podido permanecer durante todo o evento, que vai repensar alguns conceitos pelo que escutou; que o município está empenhado e entende a importância da educação ambiental e que não estamos parados, e sim com vários projetos em andamento e algumas parcerias (como as que foram feitas com a própria Ecosurfi algumas vezes), citou exemplo de projetos que atuam nas escolas devem ser incentivados, pela oportunidade de mudança de valores que as crianças podem incentivar nas suas casas e comunidade; que a divulgação do evento poderia ter sido maior – sempre poderia, qualquer que seja a situação, mas ela foi feita sim, tanto é que estamos nestas importantes discussões; que também tem preocupações com os PV's nas praias; que sofremos muita devastação ambiental no passado, mas que trabalhamos para recuperar esse passivo (citou o exemplo do Repovoamento de Robalo no Rio Itanhaém); que avançamos em vários aspectos, mas temos que avançar mais; que também reconhece a importância da proteção da faixa de jundu. Aproveitando sua fala, já fez os agradecimentos finais a todos pela participação e pela compreensão, se entenderam que erramos, mas que todos tenham certeza que estamos trabalhando bastante e com dedicação na busca de soluções para os diversos problemas do município.

Não tendo mais inscritos, a condução dos trabalhos passou a apresentar os próximos passos para a FINALIZAÇÃO DO PROCESSO de elaboração e discussão do Plano de Saneamento:

Novo prazo - final - para envio de sugestões até aberto de 01 a 10 de julho, tanto pelo site da Prefeitura em formulário próprio como pessoalmente na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente ou por e-mail.

Após esse período será feita a compilação final de sugestões e definição do texto que será remetido à Câmara de Vereadores para apreciação, esperamos logo após o recesso parlamentar.

Antes do encerramento, foi apresentada a equipe que participou na elaboração e análise do Plano pela Prefeitura, Secretaria de Saneamento e Energia, DAEE e consultoria CONCREMAT:

Nomes das equipes

Prefeitura Municipal de Itanhaém

Coordenadora do Grupo Executivo Local: Rosana Filippini Bifulco Oliveira; Equipe: João Carlos Forssell Neto; João Paulo de Barros Monteiro; Douglas Luis Rodrigues; Jorge Eduardo dos Santos e Antonio José Lopes Faria

Secretaria de Saneamento e Energia

Coordenadora de Saneamento: Marisa de Oliveira Guimarães; Equipe: Raul David do Valle Junior - Coordenador; Cleide Poletto; Eliana Kazue Irie Kitahara; Heitor Collet de Araújo Lima; Sonia Vilar Campos

DAEE

Luiz Fernando Carneseca – Coordenador; Antonio Carlos Coronato e Disney Gonzaga Tramonti

CONCREMAT: Celso Silveira Queiroz – Coordenador; Antonio Iazzetti Cosme D' Elia; Deisy Maria Andrade Batista; Cecy Glória Oliveira; Clóvis Souza; Mário Saffer; Otávio José Sousa Pereira; Ricardo Angelo Dal Farra; Wilson Santos Rocha

Terminadas as manifestações e realizado tudo que estava proposto, agradecendo a presença e participação de todos, foram encerrados os trabalhos da Audiência Pública do Plano de Saneamento de Itanhaém por volta das 20h e 45min.

Eu, Rosana Filippini Bifulco Oliveira, responsável pela condução dos trabalhos, cumprindo também a função de secretariá-los com a colaboração de Antonio José Lopes Faria, relatei os acontecimentos.

Itanhaém, 01 de julho de 2011